

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**2012/2013**

A **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECOMERCIÁRIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 61.669.313/0001-21, Carta Sindical - Processo MTIC/DNT nº. 15.695/1942, com sede na Rua dos Pinheiros, 20 - CEP 05422-000, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Presidente **SR. LUIZ CARLOS MOTTA**, CPF/MF nº. 030.355.218-24, assistido pelo advogado João André Vidal de Souza, inscrito na OAB/SP sob nº. 125.101, representando também seus sindicatos filiados a saber: **Sindicato dos Empregados no Comércio de Americana**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 60.714.581/0001-55, Registro Sindical Processo MTE 46000.00842/99-94, com sede na Rua Fortunato Faraone, 394, Bairro Girassol, Americana-SP - CEP 13465-660 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Araraquara**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 43.976.430/0001-56, Carta Sindical - Processo MTIC nº 113.712/56, com sede na Rua Rui Barbosa, 920, Vila Xavier, Araraquara-SP - CEP 14810-095 e com Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 11/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Araras**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 12.053.263/0001-48, Carta Sindical - Processo MTE. 47998.005093/2010-27, com sede na Rua Lourenço Dias, 616, Centro, Araras-SP- CEP 13600-180 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 31/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Assis**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 44.373.355/0001-00, Carta Sindical - Processo MTPS nº 123.812/63, com sede na Rua Brasil nº 30, Centro, Assis-SP - CEP 19800-100 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Avaré**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 57.268.120/0001-91, Registro Sindical Processo 24000.004227/92, com sede na Rua Rio de Janeiro, 1965, Centro, Avaré-SP- CEP 18704-180 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 22/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Bauru**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 45.031.531/0001-80, Carta Sindical Processo MTIC 518.027/47, com sede na Rua Batista de Carvalho, 6-77, Centro, Bauru-SP - CEP 17010-001 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 17/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Barretos**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 52.381.761/0001-34, Carta Sindical - Processo MTb nº 24440.47432/85, com sede na Avenida Treze nº 635, Centro, Barretos-SP - CEP 14780-270 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 17/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Bebedouro e Região** inscrito no CNPJ/MF sob nº.60.253.689/0001-98, Registro Sindical Processo MTE. 46010.001519/95 e R.S. 46000.009412/2003-67, com sede na Rua Antonio Alves de Toledo, nº 886, Centro, Bebedouro-

SP - CEP 14701-110 e Assembleia Geral realizada na sua sede no dia 24/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Botucatu**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 45.525.920/0001-61, Carta Sindical Processo MTIC 167.011/54, com sede na Rua Major Leônidas Cardoso, 309, Centro, Botucatu-SP - CEP 18601-600 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 24/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Bragança Paulista**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 45.625.324/0001-53, Carta Sindical Processo MTIC 3820/43, com sede na Rua Coronel Assis Gonçalves, 774, Centro, Bragança Paulista-SP - CEP 12900-480 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 15/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 46.106.779/0001-25, Carta Sindical Processo MTIC 5032/41, com sede na Rua General Osório, 883, 6º andar, Centro, Campinas-SP - CEP 13010-11 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 01/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Catanduva**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 47.080.429/0001-08, Carta Sindical – Processo MTIC nº 460056/46 e R.S nº 46000.011479/2003-61, com sede na Rua Minas Gerais nº 331, Centro, Catanduva-SP - CEP 15800-210 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 28/07/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Dracena**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 64.615.404/0001-72, Registro Sindical Processo MTE 24000.005800/91, com sede na Rua Messias Ferreira da Palma, 454, Centro, Dracena -SP - CEP 17900-000 e Assembleia Geral realizada na sua sede no dia 28/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Fernandópolis** inscrito no CNPJ/MF sob nº 49.678.527/0001-69, Carta Sindical – Processo nº MTb – 312.082/76, com sede na Avenida dos Amaldos nº 1128 - Centro, Fernandópolis-SP - CEP 15600-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 23/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Franca**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 47.986.559/0001-04, Carta Sindical – Processo MTPS nº 105.106/64, com sede na Rua Couto Magalhães nº 2261, Centro, Franca-SP - CEP 14400-020 e Assembleia Geral realizada na sua sede nos dias 04 e 05/10/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Garça**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 48.211.403/0001-06, Carta Sindical – Processo MTPS nº 175.413/63, com sede na Rua Heitor Penteado nº 344, Centro, Garça-SP - CEP 17400-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregado no Comércio de Guaratinguetá**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 61.882.098/0001-42, Registro Sindical Processo 24000.000826/92 e R.S. nº 46000.001845/2004-55, com sede na Rua Vigário Martiniano, 30, Centro, Guaratinguetá-SP- CEP 12501-060 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Itapetininga, Tatuí e Região**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 58.976.978/0001-73, Registro Sindical – Processo nº 46000.000680/99, com sede na Rua Virgílio de Resende nº 836, Centro, Itapetininga-SP - CEP 18200-180 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 24/08/2012; **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Itapeva**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 58.978.651/0001-30, Registro Sindical – Processo nº 24440.010994/89, com sede na Rua Olivia Marques nº 257, Centro, Itapeva-SP - CEP 18400-100 e Assembleia Geral

realizada na sua sede no dia 22/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Itapira**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 67.171.710/0001-55, Registro Sindical Processo 46000.010690/2001-03, com sede na Rua Rui Barbosa, 29, Centro, Itapira-SP- CEP 13974-340 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 24/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Itu**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 66.841.982/0001-52, Registro Sindical Processo 24000.005482/92 e R.S. 46.000019300/2005-86, com sede na Rua 21 de abril, 213, Centro, Itu-SP- CEP 13300-210 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 25/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Ituverava**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 66.992.587/0001-70, Registro Sindical – Processo nº 24000.007642/92, com sede na Rua Capitão Francisco Cândido de Souza nº 45, Centro, Ituverava-SP - CEP 14500-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaboticabal**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 50.386.226/0001-40, Carta Sindical Processo nº 19.221/44, com sede na Rua 24 de Maio nº 561, Centro, Jaboticabal-SP CEP 14870-350 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 21/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Jacareí**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 45.217.742/0001-01, Carta Sindical Processo MTPS 319.823/73, com sede na Rua Batista Scavone, 272, Jd. Leonidia, Jacareí-SP- CEP 12300-130 e Assembleia geral realizada em sua sede no dia 28/08/2012; **Sindicato dos Empregado no Comércio de Jaú**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 54.715.206/0001-27, Registro Sindical Processo 24000.005640/92, com sede na Rua Cônego Anselmo Walvekens, 281, Centro, Jaú-SP- CEP 17201-250 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Jundiaí**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 50.981.489/0001-06, Registro Sindical Processo 46000.010058/01-51, com sede na Rua Prudente de Moraes, 682, Centro, Jundiaí-SP- CEP 13201-340 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 01/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Limeira**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 56.977.002/0001-90, Registro Sindical Processo 46000.008136/99, com sede na Praça Adão José Duarte do Pateo, nº 32, Centro, Limeira-SP - CEP 13484-044 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Lins**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.665.602/0001-07, Carta Sindical – MTPS nº 123.141/63 e R.S nº 46000.004374/93, com sede na Rua Dom Bosco nº 422, Centro, Lins-SP - CEP 16400-185 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 30/08/2012; **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Lorena**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 60.130.044/0001-68, Registro Sindical- Processo 24440.011134/90, com sede na Rua Major Rodrigo Luiz, 44/46, Centro, Lorena-SP - CEP 12607-030 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Marília**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 52.058.773/0001-22, Carta Sindical - Processo DNT- 14.854/35, com sede na Rua Catanduva nº 140, Centro, Marília-SP - CEP 17500-240 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 30/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Matão**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 57.712.275/0001-75, Registro Sindical – Processo nº 24000.002057/90, com sede na Avenida Tiradentes nº 602 - Centro, Matão-SP - CEP 15990-185 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Mogi das Cruzes**, inscrito

no CNPJ/MF sob nº. 58.475.211/0001-60, Registro Sindical – Processo nº 24000.004187/90, com sede na Rua Professora Leonor de Oliveira Melo nº 94, Bairro Jardim Santista, Mogi das Cruzes-SP - CEP 08730-140 e Assembleia Geral realizada em sua sede nos dias 10 a 24/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Mogi Guaçu**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 67.168.559/0001-04, Registro Sindical - Processo 35792.016513/92, com sede na Rua Santa Julia, 290, Centro, Mogi Guaçu-SP - CEP 13844-001 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 23/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Ourinhos**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 54.699.699/0001-59, Carta Sindical – Processo nº 24440.012553/87, com sede na Rua Rio de Janeiro nº 144, Centro, Ourinhos-SP - CEP 19900-001 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 13/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Piracicaba**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 54.407.093/0001-00, Registro Sindical Processo 46000.010689/01-71, com sede na Rua Governador Pedro de Toledo, 636, Centro, Piracicaba-SP - CEP 13400-060 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 21/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 55.354.849/0001-55, Carta Sindical Processo MTIC 159.719/58, com sede na Rua Casemiro Dias, nº 70, Vila Ocidental, Presidente Prudente-SP – CEP 19015-250 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Venceslau**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 57.327.397/0001-48, Registro Sindical Processo 24000.004497/92, com sede na Rua Djalma Dutra, 30, Centro, Presidente Venceslau-SP - CEP 19400-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 23/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Registro**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 57.741.860/0001-01, Registro Sindical – Processo nº 24000.002008/92, com sede na Rua Esmeralda, nº 35, Centro, Registro-SP - CEP 11900-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 10/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Ribeirão Preto**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 55.978.118/0001-80, Registro Sindical – Processo nº 46000.000567/95, com sede na Rua General Osório nº 782 - 1º e 2º andar – Sobrelôja - Centro, Ribeirão Preto-SP - CEP 14010-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 20/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio Claro**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 44.664.407/0001-99, Carta Sindical Processo MTB 305.591/75 e processo nº 46000.017315/2003-48, com sede na Rua Cinco, 1619, Centro, Rio Claro-SP - CEP 13500-181 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 17/07/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Bárbara D'Oeste e Região**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 62.468.970/0001-73, Registro Sindical Processo 46000.006691/98-42, com sede na Rua Floriano Peixoto, 752, Centro, Santa Bárbara D'Oeste-SP - CEP 13450-023 e Assembleia Geral realizada em sua sede e sub-sedes de Monte Mor e Tiete nos dias 27 a 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 58.194.499/0001-03, Carta Sindical Processo 26.260/40, com sede na Rua Itororó, 79, 8 andar, Centro, Santos-SP - CEP 11010-071 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 29/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de São João da Boa Vista**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 66.074.485/0001-76, Registro Sindical – Processo nº 24000.001736/92, com sede na Rua Professor Hugo Sarmiento, nº 206

Centro, São João da Boa Vista-SP - CEP 13870-030 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 04/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de São Carlos e Região**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 57.716.342/0001-20, Registro Sindical – Processo nº 46000.010255/2003-32, com sede na Rua Jesuíno de Arruda nº 2522, Centro, São Carlos-SP - CEP 13560-060 e Assembleia Geral realizada em sua sede nos dias 13 a 24/12/2012; **Empregados no Comércio de São José do Rio Pardo**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 67.156.406/0001-39, Registro Sindical – Processo nº 24000.008702/92, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 266, Centro, São José do Rio Pardo - SP - CEP 13720-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de São José do Rio Preto**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 49.065.238/0001-94, Carta Sindical Processo MTIC 9037/41, com sede na Rua Jorge Tibiriçá, 2723, Centro, São José do Rio Preto-SP- CEP 15010-050 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 21/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de São José dos Campos**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 60.208.691/0001-45, Carta Sindical Processo 10.307/41 e Processo nº 46000.011478/03-17, com sede na Rua Doutor Mario Galvão, 56, Jardim Bela Vista, São José dos Campos-SP - CEP 12209-400 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 22/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Sertãozinho**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 10.474.313./0001-28, Carta Sindical - Processo nº 46219.060036/2008-53, com sede na Sebastião Sampaio, 1339, Centro, Sertãozinho-SP - CEP 14160-000 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 21/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. nº 71.866.818/0001-30, Registro Sindical – Processo nº 46000.003612/98, com sede na Rua Francisco Scarpa nº 269, Centro, Sorocaba-SP - CEP 18035-020 e Assembleia Geral realizada em sua sede nos dias 17,20 e 23/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Sumaré e Hortolândia**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 05.501.632/0001-52, Carta Sindical Processo 46000.005489/2002-87, com sede na Rua Ipiranga, 532, Centro, Sumaré-SP - CEP 13170-026 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 27/08/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Taubaté**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 72.299.274/0001-34 e Carta Sindical Processo MITC 711.937/49, com sede na Rua Padre Faria Fialho, 257, Jardim Maria Augusta, Taubaté-SP - CEP 12080-580 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 04/09/2012; **Sindicato dos Empregados no Comércio de Tupã**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 72.557.473/0001-03, Registro Sindical - Processo nº 46000.008142/2002-96, com sede na Rua Guaianazes nº 596 - Centro, Tupã-SP - CEP 17601-130 e Assembleia Geral realizada em sua sede nos dias 09 a 13/09/2012 e o **Sindicato dos Empregados no Comércio de Votuporanga**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 51.339.513/0001-62, Carta Sindical - Processo MTb nº 24440.44222/86, com sede na Rua Rio de Janeiro nº 3081, Centro, Votuporanga-SP - CEP 15505-165 e Assembleia Geral realizada em sua sede no dia 03/09/2012 e, de outro, como representante da categoria econômica, o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOELÉTRICO**, representante da categoria econômica, com Carta de Reconhecimento Sindical assinada em 15.05.1941 - Processo DNT 25.544/41, inscrito no

CNPJ/MF sob nº. 60.747.375/0001-41, com base territorial estadual e sede na Rua Conselheiro Crispiniano, 398, 9º andar, Centro, São Paulo - SP, CEP 01037-001, neste ato representado por seu Presidente **Sr. MARCO AURÉLIO SPROVIERI RODRIGUES**, inscrito no CPF/MF sob nº. 184.187.328-49, assistido pelo advogado Antonio Jorge Farah, inscrito na OAB/SP sob nº. 65.963 e no CPF/MF sob nº. 013.649.938-48, devidamente autorizado pela Assembleia Geral realizada em 15/08/2012, celebram, na forma do disposto nos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

01 - REAJUSTE SALARIAL: Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos da categoria representada pelas entidades sindicais profissionais convenientes serão reajustados a partir de 01 de setembro de 2012, mediante aplicação do percentual de **8% (oito por cento)**, incidente sobre os salários já reajustados em 1º de setembro de 2011.

Parágrafo único - A remuneração mensal do empregado que receber salário misto, entendido como tal o salário composto de parte fixa, mais comissões e RSR (Repouso Semanal Remunerado), não poderá ser inferior ao piso previsto para empregados em geral.

02 - REAJUSTAMENTO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 01/09/11 ATÉ 31/08/12: O reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admitidos no Período de:	Multiplicar o Salário de Admissão Por:
Até 15.09.11	1,0800
De 16.09.11 a 15.10.11	1,0731
De 16.10.11 a 15.11.11	1,0662
De 16.11.11 a 15.12.11	1,0594
De 16.12.11 a 15.01.12	1,0526
De 16.01.12 a 15.02.12	1,0459
De 16.02.12 a 15.03.12	1,0392
De 16.03.12 a 15.04.12	1,0326
De 16.04.12 a 15.05.12	1,0260
De 16.05.12 a 15.06.12	1,0194
De 16.06.12 a 15.07.12	1,0129
De 16.07.12 a 15.08.12	1,0064
A partir de 16.08.12	1,0000

Parágrafo único - O salário reajustado não poderá ser inferior ao piso salarial da função, conforme previsto nas cláusulas nominadas "Salários Normativos nas Empresas com até 10 (Dez) Empregados" e "Salários Normativos nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados".

03 - COMPENSAÇÃO: Nos reajustamentos previstos nas cláusulas nominadas "Reajuste Salarial" e "Reajustamento dos Empregados Admitidos entre 01/09/11 até 31/08/12" serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre 01/09/12 a 31/08/12, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

04 - SALÁRIOS DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS COM ATÉ 10 (DEZ) EMPREGADOS: Para as empresas com até 10 (dez) empregados, ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a vigor a partir de 01/09/12, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho:

a) empregados em geral	R\$	860,00
(oitocentos e sessenta reais);		
b) faxineiro e copeiro	R\$	773,00
(setecentos e setenta e três reais);		
c) caixa	R\$	986,00
(novecentos e oitenta e seis reais);		
d) office boy e empacotador	R\$	674,00
(seiscentos e setenta e quatro reais);		
e) garantia do comissionista	R\$	1.029,00
(um mil e vinte nove reais).		

05 - SALÁRIOS DE ADMISSÃO NAS EMPRESAS COM MAIS DE 10 (DEZ) EMPREGADOS: Ficam estipulados os seguintes salários de admissão, a vigor a partir de 01/09/2012, para os empregados da categoria e desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho:

a) empregados em geral	R\$	924,00
(novecentos e vinte e quatro reais);		
b) faxineiro e copeiro	R\$	815,00
(oitocentos e quinzereais);		
c) caixa	R\$	1.038,00
(um mil e trinta e oito reais);		
d) office boy e empacotador	R\$	674,00
(seiscentos e setenta e quatro reais);		
e) garantia do comissionista	R\$	1.081,00
(um mil e oitenta e um reais).		

06 - GARANTIA DO COMISSIONISTA: Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais preajustadas sobre as vendas (comissionistas puros), fica assegurada a garantia de uma remuneração mínima, conforme valores estabelecidos na alínea "e" das cláusulas nominadas "*Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados*" e "*Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados*", nela incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho.

07 - REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA PURO: O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista puro, será calculado tomando-se por base o valor das comissões auferidas no mês (I) ou adotando-se, como referência, o valor da garantia mínima do comissionista (II), o que for maior, obedecidas as seguintes regras:

I - Quando o valor das comissões auferidas no mês for **superior** ao valor da garantia mínima do comissionista:

- a) apura-se o montante total das comissões auferidas no mês;
- b) divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado equivalerá à média horária das comissões;
- c) multiplicar o valor apurado na alínea "b" por 0,60, conforme percentual previsto na cláusula nominada "*Remuneração de Horas Extras*". O resultado é o valor do acréscimo;
- d) multiplicar o valor apurado na alínea "c" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.

II - Quando o valor das comissões auferidas no mês for **inferior** ao valor da garantia mínima do comissionista:

- a) divide-se o valor da garantia mínima por 220, obtendo-se a média horária;
- b) multiplica-se o valor apurado na alínea "a" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula nominada "*Remuneração de Horas Extras*". O resultado é o valor da hora extraordinária;
- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.

08 - REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA MISTO: O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista misto, equivalerá à soma dos resultados obtidos nos incisos I e II, que serão calculados da seguinte forma:

I - Cálculo da parte fixa do salário:

- a) divide-se o valor correspondente à parte fixa do salário por 220, obtendo-se a média horária;
- b) multiplica-se o valor apurado na alínea "a" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula "*Remuneração de Horas Extras*". O resultado é o valor da hora extraordinária;
- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte fixa do salário.

II - Cálculo da parte variável do salário:

- a) apura-se o montante total das comissões auferidas no mês;
- b) divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado equivalerá à média horária das comissões;
- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" por 0,60, conforme percentual previsto na cláusula nominada "*Remuneração de Horas Extras*". O resultado é o valor do acréscimo;
- d) multiplica-se o valor apurado na alínea "c" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte variável do salário.

09 - REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS: A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido o disposto no art.º 6º, da Lei nº 605/49.

10 - VERBAS REMUNERATÓRIAS DOS COMISSIONISTAS: O cálculo da remuneração das férias, do aviso prévio e do 13º salário dos comissionistas, inclusive na rescisão contratual, terá como base a média das remunerações dos 06 (seis) últimos meses trabalhados anteriores ao mês de pagamento.

Parágrafo único - Para a integração das comissões no cálculo do 13º salário será adotada a média comissional de julho a dezembro, podendo a parcela do 13º salário, correspondente às comissões de dezembro, ser paga até o 5º (quinto) dia útil de janeiro.

11 - INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA: O empregado que exercer as funções de caixa terá direito à indenização por “quebra-de-caixa” mensal, no valor de **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais), a partir de 01 de setembro de 2012.

Parágrafo 1º - A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

Parágrafo 2º - As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por “quebra-de-caixa” prevista no *caput* desta cláusula.

12 - NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO: As garantias previstas nas cláusulas nominadas “Salários de Admissão nas Empresas com até 10 (dez) Empregados”; “Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados” e “Garantia Mínima do Comissionista” não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários.

13 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS: As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

Parágrafo único: Quando as horas extras diárias forem eventualmente superiores a 02 (duas), nos termos do art. 61 da CLT, a empresa deverá fornecer refeição comercial ao empregado que as cumprir.

14 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS:: As empresas se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus empregados, beneficiários da presente norma coletiva e integrantes da categoria profissional, a título de contribuição assistencial, o percentual de até 7% (sete por cento) de sua respectiva remuneração do mês de dezembro de 2012, limitado cada desconto ao valor de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), aprovado nas assembleias das entidades profissionais que autorizaram a celebração da presente norma coletiva.

Parágrafo 1º - A contribuição referida no *caput* será recebida pelo Sindicato da categoria profissional através de guia ou boleto bancário onde, obrigatoriamente, deverá informar o percentual.

Parágrafo 2º - A contribuição de que trata esta cláusula será descontada, de uma só vez, por ocasião do pagamento do salário de dezembro de 2012, e recolhida ao sindicato profissional até o dia 10 de janeiro de 2013, na agência bancária constante da guia de recolhimento no modelo padrão estabelecido pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de SP, ou na rede bancária, quando recolhida através de ficha de compensação no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pela FECOMERCIÁRIOS.

Parágrafo 3º - A contribuição assistencial não poderá ser recolhida diretamente nos caixas dos sindicatos, sob pena de arcar a empresa com o pagamento dobrada à FECOMERCIÁRIOS.

Parágrafo 4º - A contribuição mencionada, que não se confunde com a contribuição confederativa, deverá ser recolhida em guia ou boleto bancário. O compartilhamento do total da contribuição será efetuado na proporção de 80% (oitenta por cento), para o Sindicato representante da categoria profissional e 20% (vinte por cento) para a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.

Parágrafo 5º - O valor da contribuição assistencial reverterá em prol dos serviços sociais das entidades sindicais profissionais beneficiárias e do custeio financeiro do Plano de Expansão Assistencial da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.

Parágrafo 6º - Dos empregados admitidos após o mês de setembro de 2012 será descontada a mesma taxa estabelecida nesta cláusula, no mês de sua admissão, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição em outra empresa, para Sindicato representativo da categoria dos comerciários.

Parágrafo 7º - O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 2º será acrescido de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias.

Parágrafo 8º - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 10% (dez por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor do principal.

Parágrafo 9º - O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado à não oposição do empregado beneficiário da presente norma coletiva, integrante da categoria profissional. A oposição se for vontade do empregado, será manifestada por escrito, de próprio punho pelo empregado, com a apresentação de documento de identidade, com fotografia. A oposição será manifestada pelo empregado na sede ou sub-sede(s) do Sindicato profissional em até 15 (quinze) dias após a assinatura da presente norma coletiva.

Parágrafo 10 - As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas pela agência bancária.

16 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADOS: As empresas se obrigam a descontar e recolher dos empregados, beneficiários da presente norma coletiva e, integrantes da categoria profissional, a título de contribuição confederativa prevista no art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, aprovada pelas assembleias da categoria profissional que autorizaram a celebração da presente norma coletiva.

Parágrafo 1º - A contribuição referida no *caput*, será recebida pelo Sindicato da categoria profissional através de guia ou boleto bancário fornecido pelo sindicato da categoria profissional onde, obrigatoriamente, deverá informar o percentual adotado, que não poderá ultrapassar a 2% (dois por cento) da remuneração do empregado por mês. O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 15 de mês seguinte ao desconto.

Parágrafo 2º - A contribuição confederativa não poderá ser recolhida diretamente nos caixas dos sindicatos da categoria profissional, sob pena de arcar a empresa com o pagamento em dobro do valor devido à FECOMERCIÁRIOS.

Parágrafo 3º - A contribuição mencionada, que não se confunde com a contribuição assistencial, deverá ser recolhida em via ou boleto bancário. O compartilhamento do total da contribuição será efetuado na proporção de 80% (oitenta por cento) ao sindicato da categoria profissional e 20% (vinte por cento) para a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.

Parágrafo 4º - A contribuição confederativa não será descontada nos meses em que houver desconto da contribuição assistencial ou sindical.

Parágrafo 5º - As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição confederativa devidamente autenticadas pela agência bancária.

Parágrafo 6º - O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 2º será acrescido de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias.

Parágrafo 7º - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 10% (dez por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor do principal.

Parágrafo 8º - O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado à não oposição do empregado, beneficiário da presente norma coletiva, integrante da categoria. A oposição, se for vontade do empregado, será manifestada por escrito, de próprio punho pelo empregado, com a apresentação de documento de identidade, com fotografia. A oposição será manifestada pelo empregado na sede ou sub-sede(s) do Sindicato profissional em até 15 (quinze) dias após a assinatura da presente norma coletiva.

16 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL: As empresas integrantes da categoria representada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO quer sejam associadas ou não, pagarão a Contribuição Assistencial nos valores fixados conforme tabela a seguir:

ENQUADRAMENTO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
MICROEMPRESAS (ME)	R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)	R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais)
EMPRESAS COM ATÉ 02 LOJAS	R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais)
EMPRESAS COM 03 ATÉ 05 LOJAS	R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
EMPRESAS COM 06 ATÉ 10 LOJAS	R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais)
EMPRESAS COM MAIS DE 10 LOJAS	R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
<p>OBS. (1) MICROEMPRESAS: Empresas com faturamento anual até 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)</p> <p>(2) EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: Empresas com faturamento anual superior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).</p>	

Parágrafo Primeiro - O recolhimento deverá ser efetuado de acordo com as instruções contidas no boleto bancário, que será fornecido à empresa pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo - SINCOELÉTRICO.

Parágrafo Segundo - O valor do recolhimento da contribuição assistencial patronal, efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 1º, será acrescido da multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias, mais 1% (um por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo Terceiro - Nos municípios onde existam empresas que possuam uma ou mais filiais, será devida uma única contribuição por empresa, que englobará a matriz e todas as filiais existentes nos municípios integrantes da base territorial do sindicato da categoria econômica.

17 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS: As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo sua identificação e a do empregado.

18 - CHEQUES DEVOLVIDOS: É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido as normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

Parágrafo único: A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento por escrito ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o *caput* desta cláusula.

19 - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES: Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.

20 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Serão reconhecidos os atestados médicos e/ou odontológicos passados por facultativos do sindicato profissional, desde que este mantenha convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde, prevalecendo a ordem de prioridade prevista no art. 75, do Decreto nº. 3.048/99.

21 - GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO: Fica assegurado aos empregados em geral, sejam homens ou mulheres, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, de conformidade com o previsto nos termos do art. 188 do Decreto n.º 3.048/99, garantia de emprego, como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	02 anos
10 anos ou mais	01 ano
05 anos ou mais	06 meses

Parágrafo 1º - Para a concessão das garantias acima, o empregado deverá apresentar extrato de informações previdenciárias, nos termos do art. 130 do Decreto nº. 6.722/08, que ateste, o período faltante para a implementação do direito ao benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação do comprovante pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.

Parágrafo 2º - A concessão prevista nesta cláusula, não se aplica nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão, podendo ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não implementado da garantia.

Parágrafo 3º - Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado deverá apresentar à empresa o extrato de informações previdenciárias, dentro de 30 (trinta) dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

Parágrafo 4º - Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

22 - ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR: Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir do alistamento compulsório, desde que realizado no primeiro semestre do ano em que o empregado completar 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do mesmo ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único - Estão excluídos da hipótese prevista no *caput* desta cláusula, os refratários, omissos, desertores e facultativos.

23 - ESTABILIDADE DA GESTANTE: Fica assegurada estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade.

Parágrafo único: A garantia prevista nesta cláusula poderá ser substituída por indenização correspondente aos salários ainda não implementados do período da garantia.

24 - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA: Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 (quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

25 - DIA DO COMERCIÁRIO: Pelo Dia do Comerciário - 30 de outubro - será concedida ao empregado do comércio, que pertencer ao quadro de trabalho da empresa nesse dia, uma indenização correspondente a 01 (um) ou 02 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro/12, a ser paga juntamente com esta, conforme proporção abaixo:

- a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;
- b) de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 01 (um) dia;
- c) acima de 181 (cento e oitenta e um) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 02 (dois) dias.

Parágrafo 1º - Fica facultado às partes, de comum acordo, converter a indenização em descanso, obedecida a proporcionalidade acima, durante a vigência da presente Convenção.

Parágrafo 2º - A gratificação prevista no *caput* deste artigo fica garantida aos Empregados em gozo de férias e às empregadas em gozo de licença maternidade.

26 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO: A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos os preceitos legais, convenção ou acordo coletivo existentes, fica autorizada, atendidas as seguintes regras:

- a) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal de trabalho e o período compensável das horas excedentes, nos termos do parágrafo 2º, do art. 59 da CLT;
- b) não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas acrescidas em um ou outros dias, desde que obedecidas as disposições dos parágrafos 2º e 3º, do art. 59 da CLT, em vigor. As horas trabalhadas, excedentes do horário previsto no referido dispositivo legal, ficarão sujeitas ao adicional previsto na cláusula nominada "*Remuneração de Horas Extras*" sobre o valor da hora normal;
- c) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22:00 (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT;

d) cumpridos os dispositivos desta cláusula, as entidades signatárias da presente Convenção se obrigam, quando solicitadas, a dar assistência sem ônus para as partes, salvo o da publicação de editais, nos acordos que venham a ser celebrados entre empregados e empregadores, integrantes das respectivas categorias, na correspondente base territorial.

27 - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO: Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

28 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES: Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.

29 - INÍCIO DAS FÉRIAS: O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

30 - COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO: Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação com 60 (sessenta) dias de antecedência.

31 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA: A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

32 - ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA: A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos ou incapazes, no limite de uma por mês, e em casos de internações, devidamente comprovadas nos termos da cláusula nominada "Atestados Médicos e Odontológicos", terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante os respectivos períodos de vigência da presente Convenção.

Parágrafo único - Caso mãe e pai trabalhem na mesma empresa, este benefício poderá ser concedido a um ou outro, alternativamente, a critério do empregador, obedecidas as condições estabelecidas no *caput* desta cláusula.

33 - ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE: O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, este limitado a um por ano, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia às empresas com antecedência de 05 (cinco) dias e com comprovação posterior.

34 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.

35 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE): As empresas concederão no decorrer do mês, um adiantamento de salário aos empregados, ressalvada a hipótese do fornecimento concomitante de "vale-compra" ou qualquer outro por elas concedidos, prevalecendo, nesses casos, apenas um deles.

36 - FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA: No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.

37 - AUXÍLIO FUNERAL: Na ocorrência de falecimento de empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do salário normativo de empregados em geral, previsto na cláusula nominada "Salários de Admissão nas Empresas com mais de 10 (dez) Empregados", para auxiliar nas despesas com o funeral.

Parágrafo único - As empresas que tenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas, ficam dispensadas da concessão do pagamento do benefício previsto no *caput* desta cláusula.

38 - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL: As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos empregados que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

39 - FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO EM DOMINGOS E FERIADOS: O funcionamento do comércio nos domingos e feriados, sua duração e compensação de horário de trabalho dos comerciários, nos municípios abrangidos pela base territorial dos sindicatos convenientes, obedecido o disposto no artigo 59, parágrafos 1º a 3º da CLT e artigo 6º - A da Lei nº. 11.603/07, bem como a legislação municipal de cada município e demais disposições desta convenção, fica automaticamente autorizado às empresas do comércio varejista de material elétrico, iluminação, telefonia fixa e móvel, equipamentos de informática e aparelhos eletrodomésticos, nos mesmos

termos e condições das convenções ou acordos coletivos em vigor em cada município representado pelos sindicatos de empregados signatários da presente convenção coletiva de trabalho, inexistindo qualquer outra formalidade prevista no ajuste entre os sindicatos dos empregados convenentes e os respectivos sindicatos varejistas locais e vigorará para todos os efeitos até que outra norma venha ser celebrada.

40 - MULTA: Fica estipulada multa no valor de **R\$ 45,00** (quarenta e cinco reais), a partir de 01 de setembro de 2012, por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento, a favor do prejudicado.

Parágrafo único - A multa prevista nesta cláusula não será cumulativa com as multas previstas nas cláusulas nominadas "*Contribuição Assistencial dos Empregados*" e "*Contribuição Confederativa dos Empregados*".

41 - ACORDOS COLETIVOS: Os sindicatos convenentes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se, sempre que possível, à negociação e à celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade, de termos de compromisso, ajustes de conduta ou acordos coletivos envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva categoria econômica.

42 - COMUNICAÇÃO PRÉVIA: A entidade sindical representante da categoria profissional se obriga, na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a comunicar, previamente, a entidade sindical representante da categoria econômica para que, no prazo de 05 dias, esta preste assistência e acompanhe suas representadas.

43 - HOMOLOGAÇÃO: O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único - Se, por conveniência do empregador, este desejar ser atendido de forma especial, em caráter urgente, em dia e hora de sua preferência, ficará sujeito ao pagamento de taxa retributiva destinada às despesas do setor de homologação, a ser fixada na forma aprovada pela A.G.E.

44 - DIFERENÇAS SALARIAIS: Eventuais diferenças salariais relativas aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e do 13º salário/2012, em razão da data de assinatura desta Convenção ter se efetivada posteriormente à data-base, serão exigíveis e pagas em até 2 (duas) parcelas iguais, juntamente com as folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro

de 2013, permitida a compensação de quaisquer valores que tenham sido antecipados no período observado no período, observado o disposto na cláusula nominada "Compensação".

Parágrafo único: Os encargos de natureza previdenciária e tributária serão recolhidos nas mesmas épocas dos pagamentos das diferenças salariais acima referidas, respeitando-se os prazos previstos em lei.

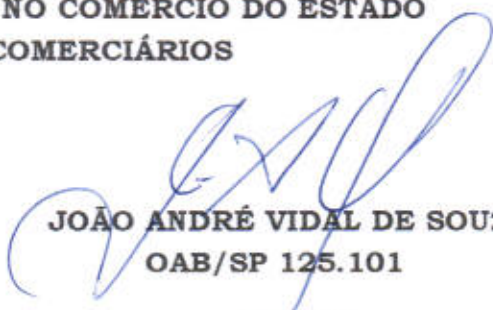
45 - ABRANGÊNCIA: A presente Convenção se aplica exclusivamente para os empregados em empresas do comércio varejista de material elétrico, iluminação, telefonia fixa e móvel, equipamentos de informática e aparelhos eletrodomésticos localizadas nos municípios integrantes da base territorial dos sindicatos profissionais convenientes.

46 - VIGÊNCIA: A presente Convenção terá vigência de 12 meses, contados a partir de 1º de setembro de 2012 até 31 de agosto de 2013.

São Paulo, 13 de dezembro de 2012.

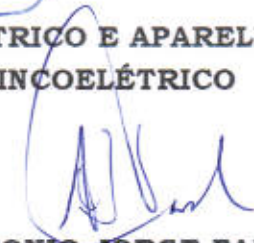
**FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO
DE SÃO PAULO - FECOMERCIÁRIOS**


LUIZ CARLOS MOTTA
PRESIDENTE


JOÃO ANDRÉ VIDAL DE SOUZA
OAB/SP 125.101

**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS
ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOELÉTRICO**


MARCO AURÉLIO SPROWERI RODRIGUES
PRESIDENTE


ANTONIO JORGE FARAH
OAB/SP 65 963